

Kofi Annan: Uma década de serviço à humanidade

Homepage

Foi eleito Secretário-geral, o mais alto e visível cargo da ONU, em 1997, e terminou o seu mandato no último dia de 2006. Kofi Annan contou dez anos a dirigir a organização e mais de quarenta a trabalhar para o “indispensável lar de toda a família humana”.

Os legados de uma década... (link)

... e as controvérsias (link)

Ban Ki-moon: o senhor que se segue (link)

Kofi Annan nasceu em Kusami, no Gana, a 8 de Abril de 1938, no seio de uma [proeminente família](#) da sociedade ganesa: descendentes das tribos asante e fante – os primeiros dedicados ao comércio do ouro e os segundos à intermediação deste negócio entre os asante e os ingleses – lideraram a tribo na pessoa do avô e do tio de Kofi Annan. O seu pai tornou-se governador da província de Asante, depois de se ter reformado como gestor da empresa Lever Brothers, exportadora de cacau.

Foi na Mfantsipim School, uma escola metodista para a elite onde ingressou em 1954, que o jovem Annan diz ter aprendido que “sofrer em qualquer parte do Mundo, diz respeito às pessoas de toda a parte”. Em 1957, no mesmo ano em que o Gana se tornou na primeira colónia africana independente, entrou na Universidade de Ciência e Tecnologia, em Kusami, para estudar Economia.

Distinguindo-se enquanto estudante e líder associativo, Annan conquistou uma bolsa da Ford Foundation para prosseguir os estudos no Macalester College, em St. Paul, no Minnesota. Em 1961 termina a sua graduação em Economia e regressa ao Gana para trabalhar numa empresa, entretanto fracassada. Viaja para Geneva, na Suíça, para prosseguir estudos pós-graduados em Relações Internacionais no Institut Universitaire de Hautes Études Internationales.

No ano seguinte, 1962, entrou nas Nações Unidas (NU). As suas primeiras funções, enquanto funcionário internacional, prenderam-se com a gestão financeira na Organização Mundial de Saúde, durante três anos, e depois na Comissão Económica para África, na Etiópia. Concluiu ainda um mestrado em Gestão, no Massachusetts Institute of Technology.

Entre 1974 e 1976 voltou ao Gana para assumir funções de director de uma empresa de turismo. Mas os seus planos iniciais de uma vida de trabalho em prol do desenvolvimento do seu país, e mais tarde de liderança política, ficaram, pelo menos, suspensos. Kofi Annan regressou às NU onde, até 1990, ocuparia funções de gestão financeira e de recursos humanos, entre Geneva e Nova Iorque.

Enquanto assumia estas funções, liderou a primeira equipa das NU que negociou com o Iraque a venda de petróleo por ajuda humanitária, por ocasião da primeira guerra do Golfo. Três anos depois, passou a chefiar o Departamento de *Peacekeeping* – uma nomeação que causou surpresa nas NU, pelo facto de Kofi Annan ser conhecido como um economista, um administrativo, e não como um mediador assertivo. Entre

Novembro de 1995 e Março de 1996 foi nomeado Representante Especial do Secretário-geral para a ex-Jugoslávia.

Meses depois torna-se o sétimo Secretário-geral das NU, e o [primeiro](#) a ascender da própria estrutura da organização, substituindo o egípcio Boutros Boutros-Ghali que perdera entretanto o aval dos EUA para uma renovação de mandato. Em 2001 é galardoado com o [Prémio Nobel da Paz](#), juntamente com as NU, pelo “seu trabalho para um mundo mais organizado e pacífico” e, no que diz respeito a Kofi Annan, por ter sido “notável em trazer uma nova vida à organização”. No ano seguinte, inicia um segundo mandato na liderança das NU, que terminou a 31 de Dezembro de 2006.

Os legados de uma década...

“Gostaria que se dissesse que as NU estavam rejuvenescidas, que as NU tinham impacto nas questões de paz e segurança. Que as NU tinham conseguido mobilizar a comunidade internacional a fazer algo pelo alívio da pobreza e para assegurar um desenvolvimento sustentável (...). Se tivermos conquistado isto, ficarei muito satisfeito.”

Kofi Annan, numa [entrevista](#) no Instituto de Estudos Internacionais da Universidade da Califórnia, sobre qual seria a maior conquista que sonhava obter no final do seu mandato (19 Abril de 1998).

Reforma das NU

Entre as iniciativas de Kofi Annan que constituirão um importante legado para a organização, contam-se o plano de reforma das NU – [Renovar as Nações Unidas](#) – lançado em Julho de 1997, ao qual se seguiram outros relatórios e inúmeras propostas de melhoria da condução e implementação dos mandatos das NU, de programas, sistemas e estruturas de trabalho na sede e no terreno, e da forma como a organização gere os seus fundos. Um vasto e multifacetado plano de reformas que não começou com Kofi Annan – e que continua em curso – mas que foi fortemente impulsionado durante o seu mandato.

Numa primeira fase do seu plano de reformas, e de forma a tornar o Secretariado mais eficiente, ágil e menos custoso, Annan cortou mil postos de trabalho, propôs reduzir os custos de funcionamento de 38% para 25% do orçamento e reorganizou o Departamento de Informação ao Público de modo a melhorar a estratégia de comunicação e a imagem das NU junto da opinião pública.

Relativamente ao financiamento das NU, Annan estabeleceu um novo gabinete de supervisão financeira para controlar e combater o desperdício e a corrupção e bateu-se pelo pagamento de parte da dívida dos EUA.

Não esqueçamos que Kofi Annan recebeu com o seu mandato uma organização à beira da bancarrota, que motivou algumas viagens a Washington na tentativa de convencer os membros do Congresso a desbloquear as [verbas devidas](#) às NU, que ascendem ainda a mais de mil milhões de dólares (1.384 milhões USD) e o equivalente a 40% da dívida de todos os Estados-membros.

Para contornar a limitação de fundos, Annan aproximou as NU, não sem receber algumas críticas, do sector privado: compareceu no Forum Económico Mundial, em Davos, fez apelos para uma parceria estratégica entre as NU e o sector privado e estabeleceu com as empresas uma aliança de princípios – “[The Global Compact](#)” – sobre direitos humanos e laborais, ambiente e corrupção. Mesmo assim, as finanças das NU raramente saíram da linha vermelha.

Numa segunda fase do plano de reformas, consolidaram-se muitos programas de forma a reduzir a sobreposição de funções e melhorar a prestação de contas, criou-se o Grupo Senior de Gestão constituído de gestores responsáveis por diversos sectores e fundou-se o posto de Sub-Secretário-geral para assistir o Secretário-geral na gestão da organização e supervisionar o trabalho interdepartamental.

Além destas medidas, sucederam-se outras como a constituição de uma [Comissão de Peacebuilding](#) que faz recomendações e coordena acções no sentido de prevenir a recorrência de determinados conflitos; como a substituição da Comissão de Direitos Humanos pelo [Conselho de Direitos Humanos](#), um organismo com menos seis membros, eleitos pela Assembleia geral, e que se constituiu como o principal forum das NU de diálogo e cooperação no âmbito dos direitos humanos; como a criação do conceito de “[responsabilidade de proteger](#)”, nascido da necessidade de as NU agirem segundo uma nova doutrina, a da intervenção, sempre que está em causa a protecção de civis da guerra, genocídio, e de violações massivas e continuadas de direitos humanos.

A organização padece ainda, contudo, de uma pesada burocracia e de meios limitados, que Kofi Annan imputou, em diversas ocasiões, ao pouco empenho dos seus Estados-membros. E restam ainda importantes reformas, como a do Conselho de Segurança, cujo alargamento tem gerado acesos debates.

Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Em Abril de 2000, Kofi Annan publicou o relatório “[Nós os povos: o papel das Nações Unidas no século XXI](#)” que constituiu a base da Declaração do Milénio, adoptada em Setembro desse ano, e que incentivava as NU e o mundo a centrarem-se na melhoria da vida dos mais pobres no novo milénio.

Na Cimeira do Milénio, os líderes mundiais estabeleceram um conjunto de objectivos mensuráveis baseados naquele relatório – [Objectivos de Desenvolvimento do Milénio](#) (ODM)– comprometendo-se a erradicar a pobreza e a fome, a combater a iliteracia e a discriminação contra as mulheres, a combater o HIV/SIDA e outras doenças, e a impedir o progresso da degradação ambiental até 2015.

Publicando anualmente relatórios de avaliação e orientação para o cumprimento dos ODM, Kofi Annan alertou sucessivamente os Estados do muito que falta ainda fazer para que se cumpram as promessas feitas, reconhecendo, no entanto, que este trabalho precisa de ser completado por uma maior eficácia das instituições internacionais. Apesar dos avanços, nenhum dos objectivos está neste momento perto da sua concretização plena e à escala global. Muito atrás dos níveis desejados, estão sobretudo os países em desenvolvimento, e concretamente a África Subsaariana (ver [relatório de 2006](#) sobre os progressos feitos no âmbito dos ODM).

O empenho pessoal de Kofi Annan, anunciado desde o início do seu mandato, centrou-se especificamente no combate ao HIV/SIDA, motivando diversas intervenções (como o “Call to Action”, de Setembro de 2001), conferências e outras iniciativas sobre a temática.

Para o financiamento das diversas medidas para a prevenção e tratamento do HIV/SIDA, criou-se um Fundo Global, que Annan encabeça, que reúne e gere os donativos dos Estados-membros e organismos internacionais no combate à epidemia.

As metas, porém, continuam por atingir. Mesmo com montantes a rondarem os 7 a 10 mil milhões de dólares anuais, acordados no **compromisso (link)** assinado na sessão especial da Assembleia-geral, em Junho de 2001, e o recurso ao sector privado, a generalidade dos países em desenvolvimento continua a registar um incremento do número de novos casos. Desta forma, o esforço financeiro em 2010 terá de atingir os 20 mil milhões de dólares anuais. Um balanço que não é muito positivo, e que Kofi Annan [justificou](#) com a falta de liderança e de vontade política dos Estados-membros na resolução do problema.

África

África foi outro dos tópicos recorrentes durante o mandato de Annan. Em Abril de 1998 publicou o relatório “As causas do conflito e a promoção de uma paz duradoura e de um desenvolvimento sustentável em África”, um dos seus primeiros esforços para manter o compromisso das NU com África. Nos seus discursos sobre o continente, estiveram sempre presentes as preocupações da pobreza (nomeadamente o perdão da dívida) e do HIV/SIDA.

No seu [último discurso](#) sobre estas matérias, em Novembro de 2006, no Forum de Desenvolvimento Africano, Kofi Annan avaliou esta década de esforço das NU relativamente a África, e considerou positivos o aumento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento e o facto de os ODM terem colocado aos agentes de desenvolvimento objectivos e estratégias de acção comuns. Mas o impacto destes factores positivos a médio-longo prazo é, no mínimo, ambíguo, como o próprio Kofi Annan reconheceu. A responsabilidade de concretizar os ODM, como afirmou, tem de ser assumida também pelos países africanos, sendo imperativa a concepção e implementação de estratégias abrangentes, ainda raras no continente.

Além do desenvolvimento, a paz e segurança em muitas regiões de África não terão, com certeza, deixado Kofi Annan plenamente satisfeito com o trabalho das NU no continente (até porque foi muito criticado em situações como a do Darfur, por exemplo). Este terá sido o dossier mais inacabado (além do Médio Oriente), no momento em Annan deixou as NU, mas que continuará a motivar o empenho do cidadão Kofi.

... e as controvérsias

Programa Petróleo por Alimentos

A corrupção no âmbito do Programa Petróleo por Alimentos, para o Iraque, não era novidade. Desde o seu início que corriam rumores sobre os abusos e o desvio de lucros para o governo de Saddam Hussein e funcionários das Nações Unidas (NU).

Mas a polémica atingiu o Secretário-geral em meados de 2004, quando a notícia de um eventual envolvimento do seu filho, Kojo Annan, com alegado conhecimento de Kofi Annan, num caso de compra de influências nas NU em favor de uma empresa suíça Cotecna Inspection SA.

Kojo Annan trabalhara para essa empresa entre 1995 e 1997, e alegadamente terá recebido dinheiro da Cotecna, já depois de ter saído, em troca de influências que terão permitido a obtenção de um contrato para a inspecção dos bens importados pelo Iraque.

Iniciaram-se várias investigações, entre as quais a do Senado dos EUA e a de um [Comité de Inquérito](#) das NU, designado em Abril de 2004 pelo Secretário-geral, e presidido por Paul Volcker, antigo presidente da Reserva Federal dos EUA. No seu relatório sobre a manipulação do programa, de Outubro de 2005, o último a ser publicado, o Comité nada concluiu sobre o envolvimento de Kofi Annan em acções ilegais, mas comprovou a existência de falhas na gestão e supervisão do Programa pelas NU.

A investigação conduzida pelo Senado norte-americano, criticando a legitimidade deste Comité de Inquérito das NU, indicado pelo Secretário-geral e financiado pela organização, concluiu sobre diversas ilegalidades cometidas durante o Programa, nomeadamente o facto de Saddam Hussein ter acumulado 21 mil milhões de dólares em resultado de falhas e abusos na gestão do Programa, o apoio de membros e funcionários das NU ao governante iraquiano, e a doação de barris de petróleo a jornalistas e altos funcionários das NU (entre os quais Benon Sevan, director-executivo do Programa) em troca da crítica ao regime de sanções aplicado pelas NU.

Membros do Subcomité de Investigação do Senado norte-americano, movidos pelas provas recolhidas, chegaram a sugerir, em finais de 2004, a [demissão de Kofi Annan](#) pelo facto de os casos de corrupção terem ocorrido sob a sua gestão e também para que fosse possível conduzir uma investigação isenta no âmbito das NU.

Entretanto, pouco depois da invasão do Iraque pela coligação EUA-Reino Unido, o Programa Petróleo por Alimentos foi suspenso, terminando oficialmente a 21 de Outubro de 2003.

Escândalos sexuais nas missões internacionais

Os casos de abuso sexual por parte de pessoal das NU em missões no Kosovo, Libéria, Serra Leoa e Guiné eram há muito conhecidos. Em 2001, por exemplo, um relatório do ACNUR e da ONG *Save the Children*, concluía que a prática de abuso sexual sobre refugiados na África Ocidental era uma prática endémica.

Em 2004, vieram a público [novos casos](#) de violação e abuso sexual por parte de capacetes azuis e funcionários das NU, em missão de *peacekeeping* na República

Democrática do Congo. Mais uma vez, as vítimas eram mulheres e crianças a viver em campos de refugiados, que as NU tinham por missão proteger.

Um relatório emitido em Dezembro desse ano, levou Kofi Annan a [admitir](#) a veracidade de muitas das alegações feitas, estando entre as piores, casos de pedofilia, violação e prostituição. O código de conduta introduzido pelas NU para evitar situações destas – e que proibia as relações sexuais entre funcionários das NU e crianças e a troca de alimentos por sexo – não teve muito impacto, pelo menos, nesta missão. Assim como a política de Annan de “tolerância zero”. Recentemente, vieram a público novos casos na República Democrática do Congo.

No âmbito das investigações efectuadas a mais de 300 casos, funcionários das NU foram suspensos ou demitidos. Mas a acção das NU nestas situações só chega aos seus funcionários; os militares, por exemplo, encontram-se sob a jurisdição dos seus governos. De qualquer forma, as “penalizações” dos funcionários das NU foram pouco convincentes para quem deles esperou protecção e auxílio.

Estes casos, no mesmo ano da polémica do Programa Petróleo por Alimentos, vieram agravar as difíceis relações entre os EUA e as NU, com aqueles a lembrarem Kofi Annan de que são os maiores contribuintes da organização, nomeadamente para as missões de *peacekeeping*, e a exigir responsabilização pelas suas acções.

Iraque e relações com os EUA

O apoio norte-americano a Kofi Annan há muito que não era o mesmo. O seu estilo diplomático e sereno granjeou-lhe muitos admiradores, mas também irritou outros, que clamavam por um Secretário-geral mais assertivo, com um punho mais firme.

As relações com os EUA pioraram substancialmente por altura da guerra no Iraque. Foi, como Kofi Annan o classificou, o [período mais difícil](#) do seu mandato. Se discordava com a intervenção da coligação EUA-Reino Unido, como ficou evidente mais tarde, Annan preferiu inicialmente o uso de uma linguagem mais burocrática, afirmando que os Estados-membros da coligação não tinham agido “em conformidade com a Carta das NU”. Escolhendo não condenar abertamente a intervenção liderada pelos EUA, Annan desiludiu aqueles que esperavam dele uma clara oposição à guerra que se preparava.

Isto até 2004, altura em que Annan classificou a guerra como “ilegal”, confrontando directamente os EUA e o Reino Unido com as responsabilidades do pós-guerra. A partir de então, e sobretudo já nos últimos meses do seu mandato, Annan proferiu diversos comentários sobre o Iraque, em entrevistas e discursos públicos, que desagradaram a Administração Bush.

Em Setembro de 2006, o então Secretário-geral afirmou que o Iraque estava em risco de cair numa perigosa [guerra civil](#). Comentário que, dois meses antes das eleições intercalares nos EUA, em que o principal móbil dos eleitores era a guerra no Iraque, não foi bem recebido pela Administração Bush.

Numa [entrevista à BBC](#), a 4 de Dezembro, Kofi Annan foi mais longe: afirmou que a vida dos iraquianos era muito pior agora do que antes da guerra, defendendo que “a

sociedade necessita de segurança e um ambiente seguro para prosseguir. Sem segurança não há muito que se possa fazer – nem reabilitação, nem reconstrução”.

Na despedida, Kofi Annan foi definitivamente implacável com os EUA. O seu [último discurso](#), proferido no Museu e Biblioteca Truman, no Missouri, foi interpretado por muitos como um verdadeiro “puxão de orelhas” aos EUA. Annan referiu diversas vezes que a segurança de alguns não pode ser alcançada à custa da insegurança de outros, que nenhum Estado pode procurar a segurança exercendo a supremacia sobre todos os outros, que o poder, sobretudo militar, quando exercido só será legítimo se usado pelos propósitos “certos”, de acordo com normas generalizadamente aceites.

E, finalmente, que os EUA precisam, tal como há 60 anos atrás, de um sistema multilateral que funcione efectivamente – para o que é necessária uma liderança visionária dos norte-americanos.